



**A FAMÍLIA E O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** uma análise das práticas no município de Colatina (ES)

**FAMILY AND MONITORING REMOTE SCHOOL ACTIVITIES DURING THE COVID 19 PANDEMIC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION:** an analysis of practices in the city of Colatina (ES)

Geisa Drago<sup>1</sup>, Monica Pereira Andrade Nascimento<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC). Atualmente é Pedagoga do Centro Universitário do Espírito Santo. <sup>2</sup>Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC) - Campus Colatina, curso de Pedagogia.

### RESUMO

A presente pesquisa objetivou identificar o funcionamento das escolas de Educação Infantil durante o período da pandemia por COVID-19, utilizando-se da metodologia exploratória, baseando-se na leitura de materiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação para a orientação metodológica às escolas para o atendimento educacional à etapa da Educação Infantil, assim como a análise de documentos e formulários disponibilizados pela Equipe de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Colatina e pelo Sistema Operacional adotado pela Secretaria Municipal de Colatina para a compilação de dados da rede e produção de documentos. A análise dos documentos citados pautou-se na observação dos planejamentos e atitudes foram tomadas para um bom funcionamento escolar. A pesquisa realizada apontou que os documentos orientadores analisados foram imprescindíveis na condução das ações pedagógicas necessárias para a manutenção da oferta da educação escolarizada para a etapa analisada.

**Palavras-Chave:** planejamento de ensino; ensino híbrido; educação infantil.

### ABSTRACT

This research aimed to identify the functioning of Early Childhood Education schools during the COVID-19 pandemic, using exploratory methodology. The methodology involved reading materials produced by the Municipal Department of Education for methodological guidance to schools for educational assistance in the Early Childhood Education stage. Additionally, the analysis included documents and forms made available by the Training Team of the Municipal Education Secretariat of Colatina, and the Operating System adopted by the Municipal Secretariat of Colatina for the compilation of network data and production of documents. The analysis of the cited documents was



based on the observation of plans and actions taken for the effective functioning of schools. The research carried out indicates that the guiding documents analyzed were essential in carrying out the pedagogical actions necessary to maintain the provision of schooled education for the Early Childhood Education stage.

**Key words:** teaching planning; hybrid teaching; child education.

## 1 INTRODUÇÃO

A Pandemia da Covid-19, fez com que o mundo vivesse momentos de incertezas e medo. Todos viviam um “novo normal”, em que era necessário buscar novas estratégias de adaptação para continuar a desenvolver as atividades da vida diária de um modo geral, incluindo trabalho, lazer, convivência familiar e tantas outras. No âmbito educacional não foi diferente, novos desafios foram imediatamente impostos para as escolas e suas equipes, bem como para os gestores das políticas educacionais na garantia da continuidade da oferta da educação escolarizada com a suspensão das aulas presenciais por medida de segurança.

O objetivo do município de Colatina sempre se pautou por buscar estratégias que garantissem a continuidade da oferta de educação básica a partir da realidade de restrições impostas pelo avanço da pandemia.

As ferramentas tecnológicas, ocuparam lugar de destaque na busca pela implementação de novas propostas e possibilidades de continuidade da oferta de educação, não apenas para a educação básica, mas para todos os níveis e etapas de ensino existentes no país.

A Secretaria Municipal de Educação de Colatina encarou o novo como um desafio para recomeçar e estabelece um planejamento que afirma:

Enquanto órgão responsável pela Educação do município de Colatina, a SEMED - Secretaria Municipal de Educação, buscou fazer dessa fase de interrupção novo caminho. Assim, desde março - quando as aulas foram suspensas, tem trabalhado incessantemente, por meio de formações (via web conferência); proposições pedagógicas (numa perspectiva em Rede visando um alinhamento de Rede); Rodas de Conversas (virtuais) e o Portal SEMED Colatina, junto às equipes escolares visando manter o vínculo do aluno com a escola, garantindo assim seu direito constitucional à educação. O objetivo é unir, fiar, juntar, tecer em equipe. (PMC, 2020, p. 02).

Por esse motivo, propôs-se nesta pesquisa monitorar e compreender o desenvolvimento educacional da Educação Infantil no município diante a pandemia,

objetivando a análise das orientações elaboradas pelas Equipes de Formação e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A concepção de infância passou por um longo período de construção, no qual foram incorporadas as concepções do desenvolvimento infantil que foram sendo melhor entendidas a partir das pesquisas de importantes historiadores das áreas das humanidades e biologia. Maia (2013) apresenta quanto o sentimento de infância foi assumindo diferentes significados ao longo do tempo a partir das relações sociais e especificidades do desenvolvimento de cada criança.

Ainda, Carvalho ressalta a aparição da infância quando diz que:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

A oferta da Educação Infantil escolarizada precisa ser analisada considerando o contexto histórico no qual as creches foram criadas no Brasil. A Educação Infantil de 0 a 3 anos começou a ser expandida no final do século XIX, com intuito de modernizar “[...] foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos<sup>1</sup> que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças” (KUHLMANN JR., 2002, p.78).

As creches foram criadas, portanto, para a ampliação do trabalho feminino, de modo que as mães pudessem ir para seus serviços com a certeza de que seus filhos estariam bem cuidados.

Destaca-se, a seguir, como essa oferta configurou-se no Brasil, segundo Paschoal e Machado (2009)

No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico. Essas diferenças exigem que seja analisada na sua especificidade, para que se possa compreender a trajetória desse nível de

---

<sup>1</sup>Consistia num mecanismo utilizado para abandonar (expor ou enjeitar na linguagem da época) recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade.

ensino no caso brasileiro e na relação que estabelece com o contexto universal (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.81).

Em 1961 a Lei 4024, de Diretrizes e Bases (LDB), estabelece, então, que as crianças com menos de 7 anos receberiam educação em escolas maternas ou jardim-de-infância.

Após algumas reformas e mudanças, na Constituição de 1988, as creches e pré-escolas passam a compor os sistemas educacionais. As garantias previstas na Constituição Federal de 1988 são regulamentadas na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que garantiu que a educação infantil se tornasse a primeira etapa da educação básica, foi uma conquista depois de muitas lutas e discussões, para um olhar mais atento a tal público. Em seu Artigo 30 garante que a educação infantil será oferecida em creches para crianças de até 3 anos, e na pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos.

É necessário ainda citar a Resolução CNE/CEB n. 2, de 9 de outubro de 2018, que estabelece em seu Artigo 3º:

§ 2º É obrigatória a matrícula na pré-escola, segunda etapa da Educação Infantil e primeira etapa da obrigatoriedade assegurada pelo inciso I do art. 208 da Constituição Federal, de crianças que completam 4 (quatro) anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula inicial.

§ 3º As crianças que completam 4 (quatro) anos de idade após o dia 31 de março devem ser matriculadas em creches, primeira etapa da Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2018b).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, apresenta em seu Capítulo 3 todos os deveres da etapa da Educação Infantil. Apresenta ainda eixos estruturantes das práticas pedagógicas que são as interações e a brincadeira, garantidos pela Resolução da Educação Infantil, Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

A BNCC garante ainda direitos de aprendizagem e desenvolvimento através do conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O educador precisa se organizar e propor experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e compreender o mundo a sua volta.

Levando em consideração que as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças são pautados nas interações e brincadeiras, a BNCC organiza seu currículo em cinco campos de experiência, “O eu, o outro e o nós”, “Corpos, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Cada campo de experiência possui seus objetivos individuais para serem trabalhados e alcançados.

É pertinente ainda destacar a necessidade da relação família X escola para que as responsabilidades sejam mútuas, potencializando assim, a aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A equipe escolar precisa conhecer a realidade na qual o aluno está inserido para propor estratégias metodológicas que efetivamente contribuam para o desenvolvimento das crianças. É muito importante também ressaltar as formações de professores, assim como diz LIMA (2012):

Sendo assim, a formação do profissional de Educação Infantil, hoje, é um ponto relevante nas discussões acadêmicas. A nova dimensão da Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, exige mais da formação deste profissional. Entretanto, mesmo tendo uma formação em nível superior, os profissionais que atuam em creches e pré-escolas convivem com desafios diários que exigem medidas tanto em relação às ações de educar como em relação ao Cuidar, que, muitas vezes, extrapolam as possibilidades oferecidas nos processos formativos. (LIMA, 2012. p.13)

Pode-se afirmar, a partir das reflexões apresentadas, que a Educação Infantil sofreu mudanças ao decorrer dos anos e que as legislações que balizam sua estrutura e funcionamento apontam uma concepção de infância contextualizada historicamente e que dialoga com as mudanças da sociedade na contemporaneidade.

## 2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE COLATINA (ES)

A Rede Municipal de Educação conta com sistema operacional que reúne e organiza as mais diversas informações do Sistema Educacional da Rede Municipal de Colatina. Para a análise que propomos neste trabalho, serão utilizadas informações coletadas no referido sistema.

A Rede Municipal de Educação possui 85 escolas com, em média, 15 mil alunos matriculados e aproximadamente 700 professores atuantes na rede municipal.

Referindo-se especificamente à Educação Infantil, são 20 CEIM's (Centro de Educação Infantil Municipal) que atendem crianças de 0 a 5 anos, conforme demonstrado na tabela 1:

**TABELA 1 – ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIDOS NO MUNICÍPIO DE COLATINA**

<b>IDADE</b>	<b>ALUNOS</b>
Creche – 0 anos	73
Creche – 1 ano	371
Creche – 2 anos	761
Creche – 3 anos	988
Pré-escola – 4 anos	1191
Pré-escola – 5 anos	1346
<b>Total</b>	<b>4730</b>

Fonte: Sistema Operacional E & L, Prefeitura Municipal de Colatina.

## 2.2 EDUCAÇÃO EM MOMENTOS DE PANDEMIA

No início de 2020 todos viveram momentos de incertezas e medos provocados pelo surgimento de um novo vírus, o SARS-CoV-2. A Pandemia da COVID-19 deixou o mundo em estado de alerta, com medidas de saúde severas objetivando conter a contaminação de tal vírus. Mesmo sendo um momento de dúvidas, não deveria ser encarado como um fim e sim um recomeço para novas ideias, novas atitudes, para um novo olhar.

Todos precisaram se reinventar e fazer adaptações que fossem necessárias e possíveis para tal momento pandêmico para a continuidade das atividades escolares. A Secretaria Municipal de Educação, responsável pela organização da Rede Municipal de Colatina, elaborou um documento, em abril de 2020, com o título “Proposta Pedagógica da Rede Municipal”, com orientações pedagógicas e administrativas para operacionalizar as atividades educativas escolares de forma remota, de acordo com as normativas legais promulgadas a partir da suspensão das aulas presenciais em março de 2020.

A Proposta Pedagógica da Rede Municipal foi elaborada com o objetivo de dar sugestões para formação dos estudantes de todas as etapas, com propostas que consideraram as diferentes responsabilidades das equipes escolares e das famílias,

uma vez que, naquele momento, as atividades deveriam ser operacionalizadas pelas famílias.

O referido documento objetivou ampliar o conhecimento do aluno, mesmo em momentos de isolamento social, potencializando ao máximo a relação familiar da criança com o processo de ensino e aprendizagem.

A oferta de atividades complementares de apoio ao desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos, foi orientada por meio do referido documento, priorizando propostas de práticas pedagógicas que considerassem o lúdico como fio condutor do planejamento das atividades. A Secretaria Municipal de Educação encaminhou anexos, reiterando a necessidade do diálogo e da organização escolar.

A Proposta Pedagógica, salienta a necessidade de um planejamento pedagógico inclusivo quando afirma que:

O planejamento de atividades pedagógicas inclusivas deve ter como objetivo propiciar o que está garantido, desde 1996, na LDBN, Lei no 9394, em seu artigo 59, ou seja assegurar aos alunos com necessidades especiais “[...] métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2008), bem como, manter diálogo mais aproximado (via ONLINE) com familiares dos alunos matriculados na unidade escolar, e que apresentem algum impedimento de longo prazo (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), o qual, em contato ou interação com uma ou mais barreiras (ou dificuldades), pode dificultar sua participação plena e efetiva, tanto na escola, como em casa, como na sociedade de um modo geral. Precisamos primar pelo acesso com igualdade de condições como as demais pessoas, a fim de orientar, tirar dúvidas e até evitar algum transtorno futuro (PMC, 2020, p. 10).

O planejamento semanal deveria ser encaminhado toda terça-feira, afinal os alunos estavam em ensino remoto, o que significa o momento em que os alunos em casa, realizam suas atividades de forma online, e as devolutivas deveriam acontecer de acordo com a realidade de cada escola, seja via fotos, vídeos, relatos ou a devolução das atividades realizadas no formato impresso.

O Anexo II A da Proposta Pedagógica da Rede Municipal, possibilitou que cada Escola efetivasse as alterações necessárias quanto à necessidade de seus alunos, quando pronuncia que:

Ao final de cada semana, a equipe escolar deverá avaliar e fazer os ajustes necessários para a qualificação de novas propostas. É importante que essa avaliação seja registrada por escrito, considerando aspectos operacionais e pedagógicos para compor o arquivo da unidade escolar (PMC, 2020, p. 18).

É evidente que apesar de tantas incertezas, todo o momento foi trabalhado da melhor forma possível, respeitando sempre a especificidade de cada um, mas nunca deixando de acreditar na potencialidade do ensino, mesmo acontecendo de forma remota.

### 2.3 POSSIBILIDADE DE AULAS PRESENCIAIS EM 2021

Em 05 de Março de 2021 a Secretaria Municipal de Educação de Colatina estabelece as “Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para o retorno às aulas – 2021”, de forma híbrida, ou seja, com revezamento, um grupo estuda presencialmente enquanto o outro estuda de forma remota.

O retorno das aulas por meio do revezamento semanal de estudantes e o ensino remoto, pautou-se no Mapa de Risco do Governo do Estado do Espírito Santo, divulgado semanalmente e considerando as medidas administrativas e de segurança sanitária recomendadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

O documento explanou de forma clara como aconteceria tal revezamento, garantindo que:

O regime de revezamento consiste na alternância de dois grupos, em que cada turma é dividida em 50% (cinquenta por cento) de estudantes em estudos presenciais e 50% (cinquenta por cento) de estudantes em estudos não presenciais. Quaisquer situações que difiram do revezamento semanal de estudantes correspondente a 50% deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Educação para análise, autorização e devidos encaminhamentos (PMC, 2021, p. 06).

A divisão dos grupos era garantida por meio de grupos A e B, em que um grupo na semana 1 estava na etapa presencial fazendo atividades mediadas pelo professor em sala de aula, com estratégias que priorizavam o desenvolvimento dos conteúdos conceituais e o outro grupo na semana 1 estava na etapa não presencial, realizando as Atividades Pedagógicas Não Presenciais - APNP, conforme planejamento articulado as atividades presenciais.

O retorno presencial foi facultativo, possibilitando que, a família/responsável optasse pelo ensino remoto, tendo que cumprir, assim, as APNP, e outras possibilidades de contato caso a escola sentisse necessidade. Tal documento garantia o direito a aprendizagem plena das crianças que não voltaram ao ensino presencial, salientando que:



Os estudantes cujas famílias optarem pelo ensino remoto, receberão, a cada duas semanas, um planejamento contemplando as atividades a serem desenvolvidas durante o período. Ressalta-se que essa APNP estará sempre articulada aos conteúdos e atividades propostas na modalidade revezamento semanal de estudantes, com as adaptações necessárias. Ao estudante caberá providenciar devolutiva da APNP no prazo estabelecido. Também haverá a oportunidade de momento para esclarecimento de dúvidas, em dia e horário definidos pelo professor, juntamente à equipe gestora. (PMC, 2021, p. 16)

O retorno das aulas presenciais, ainda que em modelo híbrido, devido à continuidade da contaminação pelo COVID-19 mesmo com a rígida observância dos protocolos de saúde, tem se mostrado fundamental para a garantia do direito à educação aos estudantes.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Ao se planejar a metodologia tem-se como objetivo identificar o funcionamento das escolas de Educação Infantil durante o período da pandemia por COVID-19.

A estruturação dos instrumentos da pesquisa efetivou-se por meio da leitura de materiais pertinentes à metodologia orientada às escolas para o atendimento educacional à etapa da Educação Infantil, assim como a análise de documentos e formulários disponibilizados pela Equipe de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Colatina e pelo Sistema Operacional. Empregou-se uma abordagem mista, pois foram utilizadas técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa para a produção de dados.

Nesse roteiro de pesquisa foram analisadas as orientações elaboradas pelas Equipes de Formação e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação que desenvolveu diversos materiais orientadores para que as escolas pudessem continuar ofertando educação e ensino mesmo durante a pandemia da COVID-19.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para o retorno às aulas 2021, orientaram o retorno do Ensino Fundamental (Anos finais) como primeiro grupo, Ensino Fundamental (Anos Iniciais) como segundo grupo e Educação Infantil como terceiro grupo (4 e 5 anos) e quarto grupo (0 a 3 anos), prevenindo e controlando a

transmissão do coronavírus nos espaços de aprendizagem. E objetivando um retorno gradual e em etapas.

As atividades escolares do ano letivo de 2021, em seu formato híbrido, na Educação Infantil, teve seu início em maio, tendo, como principal estratégia, a alternância entre momentos presenciais e não-presenciais. Garantindo sempre as melhores estratégias e segurança para cada um dos envolvidos em tal retorno, quando diz que:

Considerando que as aulas presenciais serão realizadas em formato de revezamento, o PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO deverá manter o foco das ações pedagógicas que farão parte do momento presencial, além do monitoramento de devolutivas das APNP, que continuarão sendo realizadas pelos estudantes no momento não presencial e pelos estudantes em ensino remoto. (PMC, 2021, p. 09)

Considerou-se, ainda, que as ações relacionadas à Intervenção Pedagógica devem ser estruturadas pelos professores, sob orientação da equipe pedagógica.

A intervenção pedagógica consistiu em uma ação educativa que objetivou garantir aos estudantes o direito de aprender, identificando as possíveis defasagens de aprendizagens dos estudantes e tornando-as ponto de referência para possíveis planejamentos.

O documento destaca e preconiza que, mesmo em modalidade híbrida, o foco deve estar voltado no desenvolvimento da autonomia dos estudantes na realização das atividades e nas iniciativas individuais voltadas à sua própria aprendizagem, fazendo com que, assim, o aluno se torne protagonista de seu próprio conhecimento.

Pertinente ainda citar o que se diz em:

Nessa prática da adoção de posturas singulares e determinantes diante dos desafios que o contemporâneo nos apregoa, as “DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS 2021”, propostas pela Secretaria Municipal de Educação, tornam-se um documento norteador para ações e para novos comportamentos, visando, acima de todos os aspectos, à preservação da vida (PMC, 2021, p. 22).

Ressalta-se sempre que é necessário liberdade em qualquer alteração, devido a qualquer necessidade que possa surgir nesse novo momento de retorno presencial das aulas e ainda observando que, apesar dos numerosos obstáculos, é pela

excelência educacional que tudo é planejado e muito bem orientado, devendo ser feito tudo que está ao alcance de cada envolvido.

## **CONCLUSÃO**

A partir da análise realizada nos documentos descritos, podemos afirmar que o planejamento e o trabalho em equipe se tornou algo essencial para o funcionamento da educação, mesmo diante de um momento tão diferente do comum.

Escola, família e equipe gestora municipal precisaram trabalhar de forma única e unidos em um mesmo objetivo para que a educação não parasse, e isso funcionou, evidenciando sempre uma educação de excelência.

Toda a equipe educacional mostrou uma importante capacidade de adaptação e força de vontade para mudar qualquer cenário de incertezas advindo dos alunos e/ou famílias, mostrando que todos os envolvidos se empenharam ao máximo para cumprir toda e qualquer exigência sanitária e educacional.

O Município de Colatina revelou um ótimo planejamento e trabalho em equipe, o que resultou em uma grande organização tanto no ensino remoto quanto no ensino híbrido, mostrando estar preparado para quaisquer eventuais mudanças.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 9 de outubro de 2018. Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2018b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil**: percurso, dilemas e perspectivas. Ilhéus: Editus, 2003.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança e educação dos professores da educação infantil**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, UCDB, 2013.

NASCIMENTO, Daniele Cristine Machado do. **"Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência?"**, Educação Infantil, Campo Grande, p.17440-17455, out, 2015.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2009. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 24 set. 2021.

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA. **Proposta Pedagógica da Rede Municipal**: Tecendo em Rede/Secretaria Municipal de Educação. Colatina: SEMED, 2020.

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA. **Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para o retorno às aulas** – 2021. Colatina: SEMED, 2021.